

A LUTA PELA TERRA

Sentidos da Participação

Elisete Schwade*

1. INTRODUÇÃO

Este texto trata das significações da participação de camponeses no processo de luta pela terra e dos reflexos desta na vida na "terra conquistada". Trata-se de parte de um trabalho maior, resultado de pesquisa de campo em um assentamento de trabalhadores rurais no Extremo-Oeste de Santa Catarina, e também de documentos que contêm informações acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (1).

No decorrer do texto, faço referência à luta em vários sentidos. Trata-se de uma categoria nativa que tem múltiplos significados. Mesclada enquanto categoria de análise, refere-se ao processo, mobilização, e encontra-se incorporada no texto com os mesmos significados que possui na linguagem e outros.

Tomo como fio condutor de análise do processo de luta pela terra, o envolvimento da Igreja Progressista - IP (2), cuja importância já foi reconhecida em vários estudos.

Duas indagações básicas desencadearam a pesquisa:

- a) Compreender as concepções de mundo e projeto dos envolvidos na luta pela terra, a partir de suas experiências;
- b) Pensar a influência da Igreja Progressista, especialmente nas relações que podem ser observadas na terra conquistada.

O Oeste Catarinense é referenciado como espaço importante de gestão da organização dos camponeses sem terra, na estruturação do MST. Além disso, aponta-se também que, para a emergência do MST, a atuação da Igreja Progressista foi fundamental.

* Elisete Schwade é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC - Campus Chapecó.

Desde os primeiros passos de elaboração do projeto, preocupava-me em entender, além da influência da IP nos movimentos sociais, a repercussão da ação também junto aos integrantes destes movimentos, a vinculação do religioso ao político e as significações, para os integrantes do MST em especial, da participação no processo de luta pela terra.

A pesquisa de campo acabou por delimitar o fio condutor do trabalho, qual seja, a construção do sujeito-militante no interior da luta. Especialmente porque, por ocasião da pesquisa, houve a necessidade de dialogar com a militância e suas implicações, além do diálogo com os militantes e suas representações.

O assentamento de Dionísio Cerqueira foi indicado pelos assessores como o "mais organizado", e durante a realização da pesquisa fui percebendo que esta referência envolvia o fato deste ser a "vanguarda", ou seja, o assentamento que melhor se enquadra no projeto do MST e de seus assessores.

O assentamento pesquisado localiza-se no município de Dionísio Cerqueira, entre Fronteiras: Estados de Santa Catarina e Paraná, e também com o país vizinho, a Argentina. Trata-se de uma área de 1198 ha., na qual residem 60 cadastrados, divididos em dois grupos. Destes, minha pesquisa envolveu um grupo de 35 cadastrados que participou do processo de conquista da terra. Percebi que era atribuído um significado especial ao espaço-assentamento, o que ficou mais claro quando fui entendendo que este significado estava relacionado à noção de conquista da terra, e a um projeto construído no decorrer da participação neste processo.

Durante a realização do trabalho de campo e análise dos dados obtidos, procurei observar práticas e representações como duas formas complementares de entender os significados. Conforme assinala Magnani, "discurso e prática não são realidades que se opõem, uma operando com distorção com respeito à outra; são antes pistas diferentes e complementares para compreender o significado" (1988:140).

Por ocasião da realização de entrevistas e nas conversas, procurei fazer com que os entrevistados falassem de sua trajetória de vida, condições em que viviam, o ingresso e participação no processo de luta pela terra e suas representações sobre a forma em que vivem atualmente. Fui complementando as informações das entrevistas com anotações, pois com grande parte dos assentados conversei em várias ocasiões. Acompanhando o cotidiano, foi possível observar as práticas, em especial - na condição de pesquisadora-mulher - no que se refere ao doméstico e as tarefas femininas, a organização da família. Também foi possível perceber outros aspectos importantes, como por exemplo, o destaque da casa dos solteiros, a

participação maior ou menor nas decisões que envolvem o grupo.

Da intenção inicial de estudar a religião, percebi no decorrer da pesquisa que as noções de luta, compromisso e transformação é que estavam revestidas de religiosidade. Passei a observar então as motivações ideológicas subjacentes ao processo de conquista da terra, motivações estas permeadas por valores políticos e religiosos. A luta é que se reveste com caráter religioso, luta que é também política, luta que é vida.

Detive-me então nos símbolos formulados no e através do processo de conquista na terra, que envolvem a "passagem" de uma aspiração individual inicial - o acesso à terra - por um projeto coletivo - a luta permanente pela terra para todos. Dentro desta situação, destacam-se noções como militância, vocação, sacrifício, costume.

O trabalho constituiu-se, assim, em uma discussão do processo de luta pela terra, destacando as significações na participação deste, e entendendo que: a participação, para este grupo, acabou resultando na elaboração de um projeto de vida que engendra a militância como vocação, ou seja, a luta pela terra implicou na construção da dedicação na transformação da sociedade.

É neste sentido que procuro refletir, no decorrer do trabalho, acerca dos valores político-religiosos, a luta permeada pela religiosidade. Entretanto, com a ressalva de que o "objeto" de estudo está revestido de complexidade, com inúmeras interlocuções, e também de que trata-se de um estudo de caso.

Penso na luta pela terra enquanto uma experiência vivida pelos atores. Ressalto, assim, a luta enquanto construção histórica e enfatizo o fazer-se, ou seja, a geração da experiência no vivido e não determinação dos resultados "a priori". Esta forma de pensar a luta está inspirada em Thompson, que elabora a noção de experiência no estudo da Formação da Classe Operária Inglesa. O autor (Thompson) fala da experiência enquanto "termo ausente" na análise dos processos históricos, e enfatizando-a enquanto elemento indispensável, faz algumas observações importantes. Especialmente quando se refere à experiência relacionada à cultura, e situada, portanto, no terreno do vivido:

"(...) pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimentos na

cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte e nas convicções religiosas" (1981:189).

Nesta ótica, é possível observar os desdobramentos da luta na reelaboração de um modo de vida. Assim, procuro ressaltar que as expectativas por ocasião do ingresso no processo de conquista da terra não são as que podem ser observadas nos resultados da participação deste processo. Desta forma, o viver coletivo efetivado na situação de assentamento constrói-se no decorrer da luta, onde tem lugar as transformações, os novos aprendizados, a construção do saber.

Outra questão é a relação do processo de conquista enquanto "movimento social". Dentro desse, entendo a ação da Igreja Progressista enquanto "matriz discursiva"(3), noção que a meu ver extrapola a análise da presença dos sindicatos, igreja e partidos políticos como apoio, e permite situar estas interlocuções no terreno do vivido, como agentes sociais produtores de discurso.

Dentro desta perspectiva, preocupei-me em traçar a trajetória dos assentados, como possibilidade de encontrar pistas acerca do delineamento do viver coletivo e da militância. Observar não apenas o produto da luta - a terra conquistada, o assentamento "coletivizado"-, mas o processo de produção: as motivações para o ingresso na luta e a participação como espaço de ambiguidades, das contradições, dos conflitos.

2. O CENÁRIO QUE DESANCADEIA A LUTA:

Colonos, Camponeses Sem Terra, a Igreja Progressista

Entender as significações da luta pela terra implica, inicialmente, em historicizar aspectos importantes acerca do campesinato que, no início da década de 80, aparece como "sem terra". No oeste catarinense, os conflitos pela terra fazem parte da história, e pesquisas recentes (Renk, 1990; Campos, 1988, entre outros) tem evidenciado concepções distintas do uso da terra que, além de espaço de cultivo, pode ter outros significados. Concepções culturais que sugerem relações específicas com o espaço-terra. Os

camponeses sem terra, em especial no que se refere ao grupo de Dionísio Cerqueira, são descendentes (neste caso, com predominância italiana) dos colonos que vieram do RS. É interessante observar que, enquanto referência, a região Oeste é situada como colonizada por estes colonos, ou seja: é na colonização que se fala quando pensa-se em "povoamento" desta região. Estes estudos também têm assinalado que, por ocasião da chegada dos colonos, as terras não estavam vazias, e a colonização implicou na expropriação dos caboclos (brasileiros) e também de grupos indígenas (4).

A imagem do colono tem registro enquanto relacionada à vocação pelo trabalho, progresso, civilização. Neste sentido não se distingue de outros intentos de "colonização" (5). Mas é possível localizar que, na medida em que os pressupostos da colonização efetivam-se, ocorre a exclusão de grande número de colonos. Trata-se de uma exclusão dos adjetivos que os trouxeram. Alguns colonos não "progridem" com o progresso da região, a fartura se esvazia, e passam a ser denominados "maus colonos". Conforme sugere Tavares dos Santos (1991), ao processo de colonização parece estar associado um processo de exclusão.

No início da década de 80, estes "maus colonos" - para a sociedade envolvente - reconstruem sua imagem, agora associada à noção de direito à terra, noção elaborada na organização dos "camponeses sem terra".

Dentro deste contexto, se os camponeses sem terra podem ser situados enquanto relacionados, de alguma forma, aos resultados do processo de colonização, do qual são excluídos, cabe situar mais precisamente de que forma revertem esta imagem e constroem a reivindicação coletiva da terra.

É na organização coletiva que aparece, como fundamental, a ação da Igreja Progressista. Se nas elaborações teóricas a estruturação do MST aparece referenciada na emergência de "novos movimentos sociais", penso que faz-se necessário situar o que há de "novo".

Procurando compreender como constrói-se a luta pela terra e a coletividade que emerge desta mesma luta (Sader, 1988 o "sujeito coletivo"), minha tentativa foi situar aspectos que elucidem a passagem de "camponês" a "militante na luta pela terra". Isto significa perceber em que contexto estabelece-se a necessidade de ir à luta. E aí parece possível localizar indícios da importância que vem sendo apontada à presença da IP. Duas questões merecem destaque para localizar a luta com caráter religioso.

Em primeiro lugar, a observação da religiosidade pré-existente. Em se tratando de colonos descendentes de italianos, a religião católica

aparece, frequentemente, como traço delimitador da "comunidade". As vilas têm como referência a Igreja, e a existência ou não do clero e da Igreja faziam parte da propaganda das companhias colonizadoras para venda de lotes. Mas, para que o religioso servisse de elemento aglutinador na luta fez-se necessário outro (um segundo) componente: a transformação doutrinária no interior da Igreja Católica. A igreja voltada para os pobres, adotando os preceitos da Teologia da Libertação é que permitirá a associação da luta pela terra ao exercício da religiosidade. Algumas evidências são importantes.

Referencia-se que a Igreja no Oeste começa a tomar "novos rumos" com a vinda do Bispo D. José Gomes para a Diocese de Chapecó. Desde meados da década de 70, aparecem notícias em jornais e revistas da região, onde aponta-se para a preocupação deste em relação aos problemas de quem vive na terra. Indica-se questões que coincidem com o "mito de origem" do MST: a construção das barragens, a problemática das terras indígenas. E, no início da década de 80, o apoio à ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê. Neste contexto começa-se a apostar também em agentes religiosos leigos, que atuam nas Pastorais. A igreja voltada para os pobres, embasada na Teologia da Libertação que é situada enquanto um repensar da fé no contexto em que emergem inúmeros movimentos sociais é que faz com que a religiosidade, que já existia anteriormente enquanto elemento aglutinador nas comunidades de "colonos" auxilie na reinterpretação das condições materiais. No interior deste vínculo, os camponeses sem terra entram em contato com concepções de uso e direito à terra que possuem conotação religiosa. Concepções estas que são veiculadas, especialmente, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A CPT é referenciada como um "serviço" da Igreja na interpretação da realidade dos camponeses, onde aponta-se que "Deus destinou a terra e tudo o que nela contém para todos os homens e povos". Desta forma, procura-se resistir à noção de propriedade privada da terra, avaliando que terra é posse. Como assinala Peixoto (1991) trata-se de "opor a mística da religião contra o mito da legalidade, legitimando a apropriação da terra pelos trabalhadores". O projeto de conquista da terra passa, assim, a ser vinculado ao alcance do reino divino, e o empenho, participação e adesão à luta são entendidas enquanto propiciados pela fé, pela crença dos fiéis. Entrar na luta constitui, na acepção da Teologia da

Libertação, em exigência para ser reconhecido "bom cristão".

A ação da IP no campo já mereceu grande quantidade de pesquisas. A análise privilegia a mobilização política propiciada através do exercício religioso, nas organizações para conquistar a terra e/ou para resisitir à expropriação. Pensando especificamente na luta pela terra, aponta-se o caráter de "mediação" da IP. Tratar-se-ia de um "serviço" que propiciaria a "conscientização". Na referência que os teólogos da libertação fazem a esta questão, sugere-se que deva passar pela ética e pela moral, ou seja, a adesão às lutas não passa apenas pela dedicação ao próximo, mas implica também em dar uma resposta individual ao apelo divino. Na ausência desta resposta não haveria "tomada de consciência".

Partindo da evidência de que o papel da Igreja Progressista foi fundamental na organização dos camponeses sem terra, procurei resgatar o processo de luta pela terra, na forma como foi vivenciado pelos atuais residentes no assentamento em D. Cerqueira, não apenas observando a importância da "mediação", do "serviço" na interpretação da realidade material, mas a importância da religiosidade na adesão à luta, na militância. Questionando como participam, de que forma elaboram suas experiências para perceber os significados da luta pela terra e a elaboração de novas perspectivas do "viver na terra".

3. RELEMBRANDO A LUTA: memória

No assentamento Conquista da Fronteira fica evidente, de imediato, a experiência constantemente compartilhada com aqueles que lutam pela terra atualmente. É neste contexto que se situa, inclusive, o olhar sobre o passado. Quando penso na memória de luta, é importante frisar que trata-se de uma maneira pela qual as pessoas revivem e vivem a experiência passada, uma leitura atual. Esta leitura aparece nas menções frequentes ao "ser sem terra", "ocupar a terra", "conquistar a terra", "ter a terra". Entender que a experiência foi vivida implica em não pensá-la como mero reflexo das estruturas sociais, mas como construção que se vive, e que, também, não se reduz apenas às idéias. Resgatar a memória de luta implicou, assim, em perceber a leitura que se faz desta, através de imagens e idéias do presente. Se entendermos que a memória é coletiva, e que os acontecimentos vividos criam significados que transcendem

o momento de seu acontecimento, podemos localizar nas versões que se apresenta acerca da experiência pontos recorrentes e divergentes na construção de um significado coletivo.

O relato do processo de conquista da terra tem como marco inicial o reconhecimento coletivo do ser "sem terra". No grupo pesquisado este reconhecimento deu-se nas comunidades de origem, dentre as quais se destacam os municípios de Xanxerê, Chapecó, Caxambu do Sul e Quilombo. A identificação coletiva inicial do "ser sem terra" e partir para a luta deu-se através do desejo de ter a terra. Observando a situação em que se encontravam na época, dos 34 cadastrados, 2 possuíam terra em quantidade insuficiente; 17 eram solteiros e seus pais não tinham condições de beneficiá-los em herança; 11 estavam na condição de arrendatários e quatro eram assalariados rurais.

Se o impulso inicial foi uma carência material coletiva, o "ser sem terra" construiu-se através da interpretação desta carência, delimitando simultaneamente a necessidade de resistir. Desta forma, a identidade de sem terra define-se na identificação coletiva, gestada na organização e mobilização - a "preparação". O reconhecimento coletivo ocorre nas "reuniões dos sem terra", onde se toma conhecimento dos projetos de conquista que vinham se efetivando em outros lugares.

Os assentados referenciam que passam a "ter claro o que significa o movimento" através do aprendizado, compreendendo a conjuntura que favorece a expropriação. E isso faz com que eles se definam, impulsionando a decisão de participar, de lutar. Na menção à "preparação" destacam-se os seguintes aspectos:

- O reconhecimento inicial ocorre através de diferentes agências, em primeiro lugar menciona-se o sindicato, em segundo a igreja, em terceiro o partido. Estas agências, entretanto, não aparecem com fronteiras claramente delimitadas, conforme sugere Franco (1992) para o sudoeste do Paraná, e o que pode ser observado também no Oeste Catarinense, há um imbricamento. O distanciamento ocorre na medida em que se estrutura o MST, o qual aparece com evidência quando a organização, participação e luta já se situavam enquanto valores fundamentais, no interior de uma "cultura político-religiosa de base".

- A evidência da presença da IP aparece nos relatos quando menciona-se que foi fundamental a participação em "grupos de jovens", de "reflexão", espaço onde veicula-se conteúdos da CPT.

- Na preparação aponta-se para as dificuldades resultantes do fato desta caracterizar-se pelo "efeito surpresa": a participação de assentados, onde significava-se a necessidade de lutar pela terra não se restringia àqueles que entendiam esta luta como necessária.

- Na preparação mescla-se animação, garra, sofrimento, união e esperança. O entendimento e a fé definem a necessidade de "fazô ocupação", ainda que este ato entre em contradição com os valores dos integrantes.

A ocupação se contrapõe à estigmatização de "invasão": a primeira enfatiza o direito de acesso à terra pela posse, enquanto a segunda aponta a compra. A ocupação é entendida como um ato político, a forma extrema de pressão para chamar a atenção do grave problema vivenciado pela falta da terra. O ato de ocupar é relatado com entusiasmo, 25 de maio (1985) é data histórica: foram cerca de duas mil famílias realizando ocupações simultâneas em várias áreas no oeste catarinense. Nas lembranças evidencia-se que aquela foi uma situação de liminaridade (Turner, 1974): um rito de passagem, que envolveu longo tempo de preparação e que a partir da ocupação diferencia os que dela participaram, garantindo o reconhecimento junto aos que lutam pela terra. O ato de ocupar situa-se como momento crucial da luta pela terra, e a euforia no encontro entre iguais é lembrada com emoção: solidariedade, união. De algumas famílias apenas o homem participou, e as mulheres que ficaram nas comunidades de origem recordam com emoção a repercussão do ato na comunidade. De outras, toda a família acompanhou.

A euforia e união vai sendo substituída, aos poucos, pela angústia devido à morosidade no assentamento. O grupo pesquisado constituiu-se de pessoas jovens, muitos eram solteiros, e este foi um dos motivos para que ficassem atrás na lista de prioridades para assentamento. Mas também faz-se referência ao fato de esperar para ir em um local com "trabalho coletivo", proposta que a esta época já vinha sendo discutida.

O acampamento lembra muito sofrimento, mas este faz parceria com a luta. A luta, por sua vez, é interpretada com validade de "reza": lutar, sofrer, valia como reza. Desta forma, evidenciando-se a vivência religiosa da luta, relata-se também a animação, as cantorias, as assembléias e reuniões constantes, a organização. E ainda, o acampamento lembra aspectos positivos fundamentais: o aprendizado da partilha, da divisão, do viver coletivo.

É neste contexto que as significações da luta pela terra vão tomando um novo sentido. Se inicialmente, por ocasião do ingresso na luta, aspirava-se a uma área de terras onde poderia-se plantar, colher e viver

com a família, aos poucos vai sendo gerenciado um novo modo de viver na terra, fundamentado na "coletivização" e tendo como base a convivência, fraternidade e solidariedade presentes na ocupação e acampamento.

Após dois anos de acampamento, os atuais residentes em D. Cerqueira foram assentados provisoriamente na Fazenda Parolim, em Itaiópolis. Foi nesta fase que, segundo os relatos, consolidaram-se as idéias e ideais em torno do "viver coletivo". As menções ao assentamento provisório são negativas, sentiam-se em terras estranhas e sem infra-estrutura. Aqui aparece um aspecto interessante, qual seja a possibilidade de reverter as arbitrariedades no assentamento efetivado pelo poder público. Parece ter sido a organização e luta que garantiu a transferência para terras no Oeste Catarinense, e nos relatos menciona-se a "pressão" para que fossem assentados em D. Cerqueira, pressão esta que foi efetiva desde que souberam da aquisição (pelo INCRA) da fazenda Tracutinga.

4. NA TERRA CONQUISTADA

O provisório e instável vivenciado por mais de três anos de luta pela terra é, atualmente, amenizado pela possibilidade de dar continuidade ao processo de conquista, lutando enquanto existir um "sem terra". Este parece ter sido o ganho social. Se a luta tem os aspectos negativos, que envolvem o sofrimento, não se deixa de ressaltar a positividade, referenciada enquanto "entendimento", "aprendizado". O entendimento significa "politização": os confrontos no decorrer da luta, com polícia, pistoleiros, governo, reforçam a união e solidariedade, estabelecendo o projeto de continuidade da militância. Esta militância entretanto não se reduz ao apoio aos que vivem o processo de conquista atualmente, mas implica também em dedicar-se a um novo projeto de viver na terra. Ambas as questões estão imbricadas, e vou resgatar aqui alguns aspectos em que elas se evidenciam.

A organização da vida na terra conquistada tem como embasamento a continuidade da luta. Entretanto, as modificações que vem sendo efetuadas no trabalho da terra - coletivo -, que implica na reelaboração de valores, também aparecem como aprendizado constante, manifestando-se uma espécie de transitoriedade.

No assentamento provisório (em Itaiópolis) os atuais residentes em D. Cerqueira estavam organizados em três grupos que produziam coletivamente. A junção e formação de um único grupo não parece ter sido consenso, alguns depoimentos apontam "manipulação" na proposta, relatando que a decisão era a organização em três grupos. Entretanto, prevaleceu o acordo de que a terra não seria dividida nem em lotes individuais. O argumento utilizado para não divisão em lotes foi a disparidade que o retalhamento geraria, em termos de distribuição dos recursos naturais. Mas não se deixa de evidenciar pressupostos ideológicos condizentes com a proposta do MST: "um poderia crescer mais que o outro". Apesar de se apontar que não havia consenso, os que vieram para o "Conquista na Fronteira" concordaram em "tentar". O grupo que veio de Itaiópolis era composto por 34 membros, e na época metade eram solteiros. Dos casados, com exceção de duas famílias com filhos adultos e também cadastrados, constituíam-se de casais jovens e com poucos filhos (dois em média).

Os relatos da chegada enfatizam emoção e reforço constante da conquista. Nas mudanças no interior do assentamento, o grito pela Reforma Agrária que deve ter continuidade, e a presença constante da Bandeira do MST. Não foram fixados limites precisos para as residências, mas estabelecem-se fronteiras: jardins, pequenas hortas, cercas e abrigos para animais domésticos.

Na gestão coletiva da produção são estabelecidas regras, definindo como e quem deve participar. Todas as normas de gestão coletiva do espaço constam no regimento interno do grupo.

Nas falas sobre o coletivo, os assentados ressaltam imagens que definem a importância e significações desta forma de organização. Em primeiro lugar, eles fazem referência à prevenção frente a novas possibilidades de expropriação. Os assentados entendem que a pequena produção familiar está inviabilizada. E a não divisão de lotes é apontada também como garantia para que os integrantes não almejassem a produção individual, ou seja, a pequena produção familiar. Outra questão mencionada são as vantagens econômicas, como maior produtividade com economia em implementos agrícolas.

Não menos importante é a referência ao modelo e exemplo de gestão, inovador frente aos outros camponeses e também aos outros acampamentos. Um novo modelo, que já premiou o grupo com um troféu estadual e outro nacional (concedido pelo MST) como assentamento " mais organizado". A organização serve de modelo para outros assentamentos que vem conhecer, e também para o "grupo do município" residente no mesmo

assentamento.

É frequente uma identificação limite ao assentamento: embrião da "nova sociedade". A vivência do "pré-socialismo", e especialmente a transmissão da experiência, contribuindo para que a transformação total da sociedade seja efetivada. A luta tem continuidade especialmente na contribuição para o movimento.

5 - A ROTINA NO ASSENTAMENTO

Chegando no assentamento pode-se perceber as casas próximas umas das outras, com semelhanças na construção, mas simultaneamente com marcas individuais, como por exemplo, a organização interna ou o jardim... Aspectos que evidenciam a distinção de cada família no interior do coletivo. A rotina é acordar cedo. As mulheres alegam a necessidade de adiantar o "serviço", e os homens vão trabalhar na roça. No período matutino, as mulheres ficam em casa, cuidando das crianças e realizando tarefas "femininas": o cuidado da casa e preparo da alimentação, fazer queijo (para consumo e venda), tarefas estas que não são computadas como sendo do coletivo. Os homens trabalham oito horas por dia na roça. No período vespertino, as mulheres também vão para roça, e para isso fazem um esquema de rodízio para cuidar das crianças. De cada núcleo - são três - as crianças são levadas para uma única casa, são três mulheres ao todo que ficam em casa. Sobre este trabalho alegam não gostar da tarefa, preferindo o trabalho na roça.

Aos sábados ocorre a assembléia semanal. A assembléia tem por objetivo socializar informações, discutir aspectos do coletivo, planejar. Quem foi fazer algum curso ou participou de alguma atividade representando o grupo faz seu relato. Domingos são utilizados para o lazer, onde os homens em muitas ocasiões saem para jogar futebol nas comunidades vizinhas, e as mulheres reúnem-se nas casas para tomar mate doce e comer pipoca.

Desta rotina estão ausentes os "liberados", que se dedicam ao trabalho de militância fora do assentamento. Retornam vez ou outra para dar notícias.

A Escola chama-se "Construindo o Caminho", e é frequentada por crianças de ambos os grupos - os que participaram do processo de conquista e os do "Município". Na escola procura-se reproduzir o "viver coletivo": as crianças são organizadas em "comissões", da mesma forma que os grupos. Nos cartazes enfatiza-se a importância daquela forma de convivência. As crianças aprendem desde cedo como foi o processo de conquista da terra, comemoram as datas significativas com teatros ou com palestras de algum membro do grupo. A escola aparece assim como um espaço de politização, o que pode ser percebido nas falas das crianças que demonstram ter aprendido a importância da luta, por exemplo, mostrando que sabem o hino do MST. Também há no grupo uma comissão de educação, que discute os conteúdos a serem ministrados. Entretanto, a tônica da "politização" na escola é dada pelo MST.

No viver coletivo, portanto, ressalta-se a possibilidade de prevenir-se contra novo processo de expropriação. Por outro lado, esta forma de viver exige dedicação de cada integrante do grupo. No contexto em que se mescla militância e garantia de sobrevivência da família, aparece a conciliação entre o modelo anterior - pequenos produtores familiares - com o ideal do coletivo. É importante perceber as relações familiares.

A família foi importante para impulsionar a luta, seja na solidariedade e também para os solteiros no projeto de constituição de novas famílias. Dos solteiros, muitos casaram no decorrer da luta. Nas concepções e práticas em torno da família podem ser observadas duas questões: as atribuições por sexo e idade, levando em conta "padrões tradicionais" e simultaneamente o anúncio do coletivo enquanto uma "grande família". Neste último aspecto, procura-se exercitar um projeto de diluição progressiva das distinções de gênero.

A terra não está dividida em lotes, mas um "pedaço" pertence à família. O trabalho é que concilia a inter-relação terra e família (na pequena produção)(6). Concepções e relações que são recriadas no interior das práticas associativistas: um tempo e modelo anterior mesclado com novas diretrizes. Um novo modo de viver na terra, onde valores são atualizados. Trata-se de um processo de redefinição.

No que concerne à "produção" no interior do coletivo, as atribuições são definidas tendo como parâmetro a família, onde observa-se sexo e idade. Pai, homem e filhos maiores contribuem integralmente na produção. Mulheres encarregam-se do "serviço" na esfera doméstica, que não é remunerado. A remuneração tem como parâmetro o tempo de trabalho dedicado ao coletivo.

A família parece, no interior do grupo, encontrar-se em uma situação de transitoriedade: um discurso que aponta para a necessidade de revisão dos papéis sexuais, expresso na noção da necessidade de "mais companheirismo", e uma prática que tem como base a divisão sexual do trabalho no interior da família nuclear.

A Agrovila, projeto futuro, é vista como possibilidade de atenuar a assimetria nas relações de gênero, na medida em que possibilitará maior participação das mulheres na "produção". O serviço torna-se "produção" quando é para o coletivo, ainda que reificado o papel das mulheres na divisão tradicional de papéis sexuais. E aparece com ênfase a abdicção da família em favor do coletivo e da militância.

A imagem do ideal coletivo contrasta com os conflitos do cotidiano, onde mescla-se o trabalho e a luta, o coletivo e a família, o militante e o camponês, o projeto individual e a utopia da "nova sociedade". A tensão tem como limite a saída, a desistência.

Viver no coletivo implica em aceitar regras. Destaco alguns aspectos onde as tensões decorrentes das dificuldades de "viver as regras" se manifestam:

1 - Com relação ao tempo de trabalho. Se no meio camponês, de maneira geral, este é definido pelas tarefas, no grupo estabelece-se o cômputo de horas. Pensando que se trata de descendentes de "colonos", que trazem consigo o signo do trabalho, a tensão manifesta-se na insatisfação com relação aos resultados da produção, onde a justificativa é que o "trabalho é muito pouco". Decorrente do trabalho, a noção de **progresso**, onde também aparece a tensão: os integrantes querem percebê-lo individualmente - na família - quando o ideal e a prática é o investimento e incremento da produção coletiva. É importante lembrar que, em estudo acerca das "roças comunitárias" (Esterci, 1984) sugere-se que estas seriam plenamente viáveis, desde que associadas a uma roça individual. No grupo em questão não há roça individual, impossibilitando a contabilização do trabalho e progresso de cada família.

2- Associado ao progresso, está a preocupação com o futuro, onde duas interpretações se contrapõem: o futuro dos filhos x o futuro no projeto de "nova sociedade".

3- No coletivo pressupõe-se o desapego dos bens materiais, como gado por exemplo, que no meio camponês aparece como reserva de capital. O regimento estabelece que as aquisições individuais podem ser

feitas, desde que não objetivem lucros, pois as atividades e "negócios lucrativos" individuais impedem a construção da igualdade econômica. A tensão aqui localiza-se nos valores do progresso e projetos futuros distintos.

4 - A definição da residência: para a construção da Agrovila, já foi estabelecido o local e tamanho dos lotes, que não é consenso, e os dissensos referenciam as restrições do coletivo à organização espacial familiar de livre escolha - o cuidado com jardins, as árvores que deveriam estar associadas à casa.

Dentro do projeto de Agrovila prevê-se a construção de uma cozinha comunitária, para possibilitar a liberação da mão-de-obra feminina para a produção. Nas referências à alimentação coletiva, perguntei acerca dos "gostós" individuais no preparo e tempero dos alimentos. E aí percebe-se um aspecto fundamental do "ideal coletivo": o "se acostumar" como regra. "Se acostumar" envolve a transformação da vivência individual/familiar para o coletivo, uma espécie de "grande família".

5 - É possível perceber uma diferenciação na vivência do projeto igualitário; entre aqueles que estão "liberados" para a militância (quatro membros do grupo) e os outros - que trabalham no assentamento. A militância também é considerada trabalho, mas aí processa-se uma diferenciação em termos de saber e de participar. Uma diferenciação do viver coletivo.

Realizam-se cursos de "formação política" que objetivam "nivelar" estes desníveis. Isto demonstra o empenho em uma interpretação político-ideológica igualitária. Entretanto, ainda assim opera uma diferença em pertencer ao grupo - "liberados" e os outros.

Em dois anos de assentamento, oito integrantes haviam saído. Quem sai recebe indenização, e com cinco destes integrantes que não se habituaram ao coletivo, houve permuta com assentados que residiam em assentamentos onde a organização da produção era individual. Esta estratégia foi considerada exceção, entendeu-se que viria a estimular a desistência. Estes novos residentes sugerem a continuidade do caráter de "vanguarda"- junto ao MST e outros assentamentos - deste grupo.

Observando as desistências e também uma produção aquém do que se esperava, na época da pesquisa preocupei-me em entender o que continuaria a estimular o empenho na construção da igualdade. Como o assentamento de D. Cerqueira não permite a movimentação interna entre diferentes práticas associativistas, entendo que a continuidade do projeto envolve, especialmente, sujeitos modelares que se dedicam e se doam ao coletivo. É aí que parece possível perceber o caráter religioso da luta.

A participação no processo de luta pela terra implicou em transformações constantes de concepções e práticas dos sujeitos envolvidos. Esta transformação parece ter como limite as regras cristalizadas no viver coletivo.

Isto pode ser observado na religiosidade. Entende-se que enquanto exercício da crença, ela deve ser adaptada ao cotidiano, e ter um novo caráter. Assim, agora o próprio grupo questiona e dialoga com a Teologia da Libertação, participando da definição do "ser católico" (ex.: solicitou-se a dispensa de dizimo, de curso de batizado). Mas não se dispensa os serviços religiosos e nem o batizado das crianças. A CPT não realiza nenhum trabalho no assentamento: a luta foi assumida pelo MST, mas algumas questões evidenciam que o caráter religioso da luta tem continuidade:

a) Em primeiro lugar, aponta-se que a luta só terá continuidade se houver uma "mistica" forte. Por mística entende-se o viver a luta com energia, disposição e animação, renovando constantemente a utopia. A reza foi substituída pelo grito de ordem, o culto ao pé da cruz pelo hino do MST junto à bandeira hasteada. Há um forte empenho em continuar animando e incentivando a luta com alegria.

b) Em segundo lugar, penso que é possível identificar na doação ao coletivo uma "vocação para o outro", que encontra semelhanças nos pressupostos da Teologia da Libertação para o "bom cristão". Esta vocação se expressa na militância, e foi construída no decorrer do processo de luta. Trata-se da valorização do desapego do "eu" em função do "outro", no ideal de "construir a igualdade". O conteúdo religioso do viver a luta aparece na militância. Desta forma, se é possível apontar uma certa laicização do MST nas últimas décadas, observa-se também que esta é evidente na ausência do clero, mas não nos pressupostos que envolveram a luta pela terra - a fé, a crença, a utopia, a dimensão "mística".

Mas a dedicação ao outro não é só um exercício da religiosidade, e envolve uma mudança da pessoa, do sujeito. Transformar-se em um sujeito que se dedica e se acostuma ao coletivo.

Uma evidência daquilo que se espera do sujeito no coletivo é a comparação com o momento da ocupação/acampamento. Afirma-se que, após a chegada na "terra conquistada", "vícios" que não combinam com o coletivo aparecem, e que tem dificuldades de se livrar deles. Os vícios envolvem a dimensão individual do "ser camponês" tradicional. Os significados destes

aparecem nos documentos do MST. Em última instância, eliminar os vícios significa concordar com as regras do coletivo. Na linguagem dos assentados, significa se "submete" e se "acostuma" a esta nova vida. A vivência deste projeto implica, portanto, em abandonar a individualidade, dedicar-se ao próximo e à construção da "nova sociedade".

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transformações na luta pela terra

Para os residentes do assentamento "Conquista na Fronteira", o processo de luta não culmina com a conquista da terra deles. No decorrer do trabalho, procurei pensar esta questão.

É interessante ressaltar que a "militância", neste grupo, é vivida com caráter religioso. O valor religioso da luta, porém, engendra aspectos que vão além da solução de carências materiais. Trata-se da crença, da fidelidade a um projeto, a uma doutrina que deve ser alimentada pela "mística".

Observar a luta por dentro faz perceber os objetivos que a norteiam. Entendo que estes não podem ser percebidos apenas observando o sujeito, da mesma forma que entendo ser reducionista localizá-los apenas como Movimento Sem Terra. Permite perceber ainda que o ideal de "construir uma nova sociedade" não se colocava por ocasião do ingresso na luta, mas foi elaborado no decorrer do processo. Outra questão importante: as diferentes formas de "estar" na luta e de "ser militante". Não há uma assimilação passiva das diretrizes do MST, estas são reelaboradas. Por outro lado, nas diretrizes do MST podem ser observadas questões importantes, como por exemplo, a necessidade da "animação" - "mística" também nos assentamentos. É importante lembrar então que a luta pela terra teve relação com a crença, a fé.

O assentamento Conquista na Fronteira é singular frente aos outros assentamentos. Os termos "assentamento" e "assentado" parecem carregados de ambiguidades, e devem representar um conjunto de pessoas "politizadas"- daí a associação do assentamento como coletivo, comunal ou comunitário (Andrade, 1972)- proposta elaborada pela intelectualidade do MST.

A pergunta que se faz então é: o que concorre para o sucesso do "modelo coletivo"? Uma das questões frequentemente apontada é certa similaridade na composição das famílias que integram grupos, como por exemplo, a condição do grupo doméstico ou a origem étnica. Mas penso que não menos importante é a adesão ideológica ao projeto, fator decisivo para o "sucesso". Isto pode ser observado, no assentamento estudado, pelo menos em dois sentidos: a seleção progressiva dos integrantes do grupo, e a continuidade da luta pela terra reafirmada constantemente.

O "coletivo-modelo" serve como guia, e procura-se transformar aos poucos as relações no doméstico, no trabalho. Por outro lado, resgata a positividade do processo de luta: o que pode ser observado, por exemplo, na religião. Penso que, se a religiosidade foi fundamental para a conquista, esta é agora resgatada no "místico" que é enfatizado necessário no assentamento.

O coletivo é indicado como "melhor", criando-se certo estigma frente aos assentados que trabalham individualmente em outros assentamentos.

Em D. Cerqueira - todas as questões do cotidiano estão fundamentadas no novo, no diferente, visualizando e reafirmando de forma permanente a utopia da igualdade. Aí reside o sucesso, e simultaneamente o peso da adesão ideológica ao projeto.

Por um lado, resistência ao "Estado". Por outro, aos males que não se localizam exclusivamente no Estado: a resistência e pressão é direcionada, especialmente, contra o "egoísmo" presente no "individualismo", a falta de solidariedade.

Por fim, se a luta é vida, ela tem continuidade: já se passaram mais de dois anos desde a época em que a pesquisa para este trabalho foi realizada, e certamente os componentes da luta que é a vida sofreram acréscimos e transformações. Mas é igualmente certo, que no assentamento Conquista da Fronteira, a terra continua sendo "terra de luta pela terra".

NOTAS

- (1) O trabalho resultou em minha *Dissertação de Mestrado*, defendida junto ao PPGAS/UFSC, em julho de 1993.
- (2) Igreja Progressista caracteriza a fração da Igreja Católica adepta à Teologia da Libertação. A importância de sua atuação foi apontada em vários estudos, ver em especial Lisboa (1988), sobre o Oeste Catarinense e MST.
- (3) A noção de "matriz discursiva" é desenvolvida por Sader (1988).
- (4) Sobre "colonos/brasileiros" ver especialmente Renk (1990 e 1991).
- (5) Para uma discussão detalhada dos processos de colonização e das implicações destes, Bosi (1992).
- (6) Sobre o papel da família no meio rural, ver especialmente Almeida (1986), Woortmann (1987), entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mauro. Redescobrimo a Família Rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, Vol I, no. 1, julho de 1986.
- ANDRADE, Maristela P. A coletivização da Produção nos assentamentos de Reforma Agrária. *Cadernos do CEAS*. Rio de Janeiro, no. 142, nov/dez de 1992.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- CAMPOS, Índio. *Os colonos do rio Uruguai: Relações entre a pequena produção e a Agroindústria no Oeste Catarinense*. Paraiba, 1987. (Dissertação de Mestrado - UFPB).
- ESTERCI, Neide (org.) *Cooperativismo e coletivização no campo: Questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1985.

- FRANCO, Mariana Pantoja. **Xagu**. de sem terra a assentado. Rio de Janeiro, 1992 (Dissertação de Mestrado - Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ).
- KOURY, Iara. Depoimentos Orais. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, v. 200, 1990.
- LISBOA, Tereza K. **A Luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC/MST, 1988.
- MAGNANI, José G. Cantor. Discurso e representação ou de como os boloma de Kiriwama podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth (Org.) **A Aventura Antropológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PEIXOTO, Rodrigo. Problemas atuais da ação da Igreja Progressista na região do **Araguaia - Tocantins**. In: **Brasil: Norte e Nordeste - Estudos em Ciências Sociais**. ANPOCS/Interamericana Foundation, 1991.
- RENK, Arlene. **A Luta da Erva: Um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro, 1990 (Dissertação de Mestrado - PPGAS, Museu Nacional).
- _____. As representações da colonização no Oeste Catarinense, a partir dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Fundeste, 7, abril de 1991.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As novas terras como forma de mineração. In: **Lua Nova**. São Paulo: no. 23, p. 67-81, março/91.
- THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, U.I.
- _____. O termo ausente: experiência. In: **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros - Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TURNER, Victor. **O Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- WOORTMANN, Klaus. "Com parente não se negocia: O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.